

UniCEUB-Centro Universitário de Brasília

FACE-Faculdade de Ciências da Educação

Curso:História

Disciplina: Monografia

Professor: Rubens Câmara Filho

**AS INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E A HISTÓRIA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL NO PERÍODO DO ESTADO
NOVO (1937-1945)**

Aluno: Daniel Aragão Parente Valentim

Junho/2004

DANIEL ARAGÃO PARENTE VALENTIM

**AS INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS E A HISTÓRIA DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL NO PERÍODO DO ESTADO
NOVO (1937-1945)**

Monografia final do curso de História do UniCEUB 1º Semestre de 2004.

Junho/2004

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho monográfico à memória do Sr. Getúlio Dorneles Vargas, que em minha modesta opinião, foi o mais patriota e o melhor presidente que o Brasil já possuiu.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a meus pais, Raceldon e Márcia, pois foram eles que deram-me forças e condições para concluir este importante passo em minha vida acadêmica. Agradeço a meus irmãos, Raceldon e Priscila, que sempre me apoiaram e me ajudaram. Amo muito vocês. Devo uma enorme gratidão a meu orientador, o Prof.

Rubens Câmara, por ter me orientado e auxiliado na execução deste trabalho. Agradeço a meus companheiros de turma, principalmente Pablo, Sérgio, Arthur, Fernanda, Geisa, Relviski e Tiago. Não posso deixar de citar os amigos de curso Diógenes, Alexandre, Marcelo, Alex, Alan, Luis, João Emílio, Andreza, Daniela, Renata e à amiga e monitora Maria Angélica. Sou muito grato aos professores Delmo Arguelhes, Luiz Cláudio Machado, Maria Inês Malta e Rubens Câmara, que enriqueceram muito meus conhecimentos. E por último, agradeço a Deus, pois foi Ele que fez tudo isto se tornar realidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.01
CAPÍTULO I:	
Contexto Histórico e a Construção da Política Externa no Estado Novo.....	p.03
CAPÍTULO II:	
O Nacionalismo Econômico e o Papel das Elites no Projeto Nacional.....	p.10

CAPÍTULO III:

A Política Externa do Estado Novo no Contexto da 2ª Guerra Mundial.....	p.16
3.1 As relações Brasil-Alemanha.....	p.17
3.2 As relações Brasil-EUA.....	p.19

CAPÍTULO IV:

A 2ª Guerra Mundial, O Alinhamento Brasileiro aos EUA e o Fim do Estado Novo.....	p.25
4.1 As negociações Brasil-EUA a respeito de siderurgia.....	p.26
4.2 A aproximação militar e o alinhamento brasileiro aos EUA.....	p.31
4.3 A declaração de guerra ao Eixo.....	p.36
4.4 A Força Expedicionária (FEB) e o fim do Estado Novo.....	p.37

CONCLUSÃO.....	p.42
----------------	------

BIBLIOGRAFIA.....	p.44
-------------------	------

INTRODUÇÃO

A Revolução de 1930 muda a face do Brasil. País anteriormente voltado apenas para a agroexportação e sem preocupações efetivas com a criação de um parque industrial forte, o regime instaurado após 1930 aos poucos começa a se preocupar com o fomento da indústria nacional.

Mais decisivo ainda para a indústria nacional será o golpe de Getúlio Vargas em 1937, instaurando o Estado Novo. Sendo um regime de tendências autoritárias, corporativas e nacionalistas, sendo que nenhum grupo se sobrepõe a outro, gerando assim o que os historiadores do período chamam de “um Estado de compromisso”, a anteriormente marginalizada burguesia industrial passa a ser ouvida dentro dos órgãos estatais criados pelo regime.

Mas, ao mesmo tempo em que a burguesia industrial passa a ter uma voz ativa maior nas decisões políticas, a cúpula do governo identifica a falta de condições básicas das elites nacionais e do próprio Estado brasileiro em realizarem sozinhos o projeto nacional elaborado por Vargas e por seus colaboradores diretos, sendo estes, principalmente, os militares e a burocracia estatal. Assim, Getúlio Vargas irá jogar todas as suas fichas na realização de seus objetivos centrais, desenvolvimento da indústria de base e modernização das três armas, na captação de tecnologia e de recursos financeiros externos. Deste modo a política externa desenvolvida pelo Brasil, as suas diretrizes e decisões, tornar-se-á de suma importância para o desenrolar das negociações e para a realização dos objetivos brasileiros.

Contando com o contexto global em acirrada disputa entre blocos imperialistas adversários, porém com escassos recursos disponíveis para investimentos externos, além de um agressivo protecionismo e defesa de mercados, quadro ainda reflexivo da crise de 1929, Vargas e seus conselheiros vão enxergar na inevitabilidade e na proximidade de um conflito de grandes proporções o cenário propício para a conquista das ambições brasileiras. O Brasil contando com uma posição estratégica importante dentro do continente americano logo será abordado pelos dois lados em disputa, e Vargas sabiamente tentará tirar o máximo de proveito possível da situação, pautando sua política externa para a obtenção dos recursos tecnológicos e financeiros necessários à concretização do sonho brasileiro de ver em seu território uma indústria siderúrgica de grande porte e de adequar as Forças

Armadas aos padrões militares modernos.

Apesar do contraditório jogo brasileiro no que diz respeito a suas negociações, ora favorável ao lado alemão, ora aproximando-se dos Estados Unidos, o sentimento nacionalista é a única constante, explicando desta forma a contrastante aliança do Brasil, uma ditadura de inspiração fascista com os Estados Unidos, uma democracia liberal por excelência.

O presente trabalho tem justamente a finalidade de analisar esta paradoxal aliança, abordando as reviravoltas e o jogo de alianças do período, que sem dúvida é o momento da história brasileira em que fica mais clara uma tentativa de por-se em prática um projeto nacional de desenvolvimento para o país, apesar de ser também o momento de maior tensão entre duas forças: o nacionalismo e a dependência. Assim, o estudo das interpretações historiográficas sobre o período e das relações diplomáticas, econômicas e comerciais entre o Brasil e as principais nações em disputa pelo alinhamento brasileiro, ou seja, Estados Unidos e Alemanha, torna-se não só importante como também necessário para o entendimento do posicionamento brasileiro ao lado dos Estados Unidos e conseqüentemente dos Aliados na 2ª Guerra Mundial, assim como a posterior influência norte-americana no desmoronamento do Estado Novo.

CAPÍTULO I

CONTEXTO HISTÓRICO E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA NO ESTADO NOVO

O período histórico brasileiro denominado de Estado Novo, compreendido entre 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945, é caracterizado pela grande maioria dos historiadores e conseqüentemente por uma ampla corrente da historiografia brasileira, por uma época em que três adjetivos são essenciais em sua descrição: nacionalista, autoritário e desenvolvimentista.

O nacionalismo no Estado Novo tem influência principalmente no seio militar e será muito difundido pelo poder central, já que uma das intenções do governo era justamente unificar o país como um todo, diminuindo assim a autonomia dos estados e subordinando todas as suas atividades ao governo federal. Em uma época de muitas dificuldades financeiras em todo o mundo, Getúlio Vargas, apoiado pelo alto comando das Forças Armadas, implementará uma política de extrema participação estatal na economia e em vários outros ramos, como educação, cultura e agregação de colônias estrangeiras estabelecidas no país, principalmente nos estados do sul. Os dirigentes do Estado Novo compreendem que só com uma intensa participação do governo em assuntos econômicos e em atividades sociais como um todo seria possível conquistar a soberania e o desenvolvimento do país, retirando assim o Brasil de sua posição de dependência frente a outros países.

Desta maneira, será instituído um projeto de governo baseado no corporativismo e no autoritarismo, sendo que o governo concederá a certas instituições como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), DOPS (Departamento Especial de Segurança Política e Social), ao Exército e ao aparato policial, meios de reprimirem qualquer tentativa de contestação ao regime. O autoritarismo será uma marca do Estado Novo, sendo defendido pelas principais figuras da elite governamental com o argumento de ser a única forma de ser promovida uma mudança em todos os aspectos do país, seja no aspecto econômico ou social, retirando assim o país e o povo de suas posições calamitosas.

Imediatamente após o golpe do dia 10 de novembro de 1937, Vargas discursa ao povo brasileiro enfatizando a necessidade da instalação de um governo

forte e autoritário para a restauração da autonomia nacional, estabelecendo assim um fortalecimento do poder executivo em detrimento do poder legislativo, que segundo ele servia apenas para respaldar uma ação desagregadora e de interesses regionais e locais, que são tendências originais da política brasileira antes de 1930. Os principais idealizadores do Estado Novo, entre eles Francisco Campos, tendo também forte influência o pensamento de Oliveira Viana, defendem a idéia do corporativismo como alternativa de assegurar a unidade política do poder do Estado. Eli Diniz cita que

O Estado corporativo representaria um meio de assegurar o predomínio e a expansão da esfera de influência do poder público em dois sentidos. De um lado, porque possibilitaria a integração das diferentes classes e grupos sociais no sistema político, mediante um mecanismo de participação controlada, sob a direção do Estado, que preservaria, assim liberdade de ação suficiente para agir como árbitro dos conflitos em nome dos interesses gerais da nação. De outro lado, porque o fortalecimento do poder do Estado agiria como poderoso instrumento de subordinação dos interesses restritos, regionais e locais, ao interesse maior da coletividade, representado pelo poder central.

Neste sentido, a perspectiva de Vargas é a eliminação do excesso de federalismo da constituição de 1891, estabelecendo uma centralização administrativa por parte do poder central. Esta total supressão do poder local, de grupos ou facções, é de uma forma geral típica de uma visão ideológica de um Estado autoritário. A partir dessa concepção, não serão mais as elites locais ou grupos ligados a certos ramos da economia que pautarão a política e a economia do país, e sim o Estado, na sua forma centralizada. Em síntese, o Estado passará a regular as diretrizes econômicas e a definir o que é prioridade para o país.

Respaldado por essa centralização, Vargas e sua burocracia estatal irão promover amplas medidas com o intuito de desenvolver o país e torna-lo uma grande potência. Desta maneira, o desenvolvimento da siderurgia, a ampliação da agricultura com o incentivo a diversos produtos agrícolas, acabando assim com a monocultura cafeeira, o domínio do Estado sobre matérias-primas e fontes de energia consideradas estratégicas para a soberania nacional, o controle estatal sobre o capital estrangeiro e a modernização das Forças Armadas tornam-se prioridades dentro do governo brasileiro, e todas as medidas governamentais serão tomadas objetivando alcançar este desenvolvimento.

Mas, a elite do Estado Novo não era composta apenas por uma facção, longe disso. Era sustentado pelas Forças Armadas, mas também era integrado por outras pessoas com ideologias diferentes. O alto comando das Forças Armadas

(general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e Filinto Muller, chefe da polícia do Distrito Federal) eram simpatizantes dos regimes autoritários nazi-fascistas e admiradores declarados do poder bélico alemão. De outro lado, encontra-se uma outra facção de pessoas com uma outra linha ideológica, defensoras dos países democráticos e liberais, sendo o principal porta-voz deste grupo Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores e um convicto defensor dos Estados Unidos. Getúlio Vargas será inúmeras vezes pressionado por ambos os lados a tomar uma posição favorável a uma ou outra tendência, tendo sempre que usar de sua habilidade política para apaziguar os conflitos surgidos entre as facções.

O estabelecimento de um regime corporativo no Brasil deve ser analisado em relação ao ambiente ideológico que caracteriza a década de 1930. Se é verdade que os instrumentos adotados pelo governo Vargas não escondem a afinidade ou mesmo a inspiração no fascismo, nota-se, contudo, que sua preocupação fundamental em novembro de 1937 é manter-se no poder. Portanto, o paralelo que deve ser feito entre o Estado Novo e o fascismo não deve excluir o oportunismo político de Getúlio Vargas.

Para Ricardo Seitenfus, o Estado Novo não pode ser caracterizado como um Estado fascista no sentido literal da palavra, apesar de seu autoritarismo e corporativismo, pois diferentemente de Mussolini, Hitler ou Salazar, Vargas não apóia-se em um partido, como ocorre nestes exemplos. Enquanto os três sistemas baseiam-se na existência de um partido único (Fascio na Itália, Nacional-Socialista na Alemanha e União Nacional em Portugal), o Estado Novo proíbe qualquer forma de organização político-partidária. Esse elemento reforça o caráter pessoal do golpe de 1937. Além disso, para Seitenfus, o fato de Vargas designar Oswaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores em março de 1938, uma pessoa de nítidas posições pró-Estados Unidos, e a negativa brasileira em aceitar o convite italiano de integrar o pacto Anti-Komintern demonstra a falta de um apego total ao fascismo. Na visão de Seitenfus desde o momento em que Oswaldo Aranha é empossado no Ministério das Relações Exteriores Getúlio Vargas posiciona-se a favor dos Estados Unidos.

Além destes fatos, outras atitudes do governo brasileiro parecem serem exemplares na falta de subordinação do Estado Novo aos países do Eixo nazi-fascista. Apesar das crescentes ligações comerciais e militares entre o Brasil e a Alemanha, o

Brasil toma certas medidas que logo entram em choque com os interesses alemães no Brasil. A proibição de atuação de partidos políticos abalará as relações do partido nazista no Brasil, prejudicando assim a propagação ideológica do nazismo no país (principalmente nos estados do sul), assunto este que era tratado com muita importância pelo governo do Reich. Outra lide entre os dois países será o intenso programa de agregação e nacionalização empreendido pelo governo brasileiro nas colônias estrangeiras estabelecidas no Brasil, afetando o grande interesse do governo alemão aos assuntos relacionados a seus nacionais e descendentes residentes no Brasil.

Em relação à Itália, a principal dificuldade entre os dois países será o aniquilamento da Ação Integralista Brasileira (AIB) pelo Estado Novo, pois esta era vista por Roma como a filha autêntica do fascismo, sendo a mesma financiada e aconselhada várias vezes pelos italianos. Mais uma vez constata-se a falta de maior ligação entre o regime do Estado Novo e o nazi-fascismo, deixando clara a singularidade e a particularidade do sistema brasileiro, usando traços visivelmente de inspiração fascista (corporativismo, autoritarismo, intervenção do Estado na economia) ao mesmo tempo que preocupa-se em manter um bom relacionamento com a potência democrática norte-americana.

Depois da analogia entre o regime estadonovista e os países nazi-fascistas, chega-se à constatação de que o Estado Novo continha certos pontos retirados da ideologia fascista, principalmente dos regimes portugueses e italianos, mas nunca pode ser considerado uma cópia ou um plágio desses regimes, pois como já foi dito o Estado Novo tinha sua essência.

O que ditará o relacionamento entre o Brasil estadonovista e os países tanto do Eixo nazi-fascista como democrático-liberais será a constante busca de Vargas em atrair vantagens comerciais, econômicas, tecnológicas e militares para a concretização de seus objetivos, sejam estas vantagens vindas do III Reich, Itália, Japão, Inglaterra ou Estados Unidos, independentemente da ideologia do governo de cada nação. Vargas irá utilizar a tática de ora aproximar-se dos Estados Unidos, ora aproximar-se da Alemanha até o momento em que conquista o que mais deseja, ou seja, os meios da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com capital e tecnologia estrangeira e o reequipamento e modernização das Forças Armadas, que era a principal força de sustentação do Estado Novo.

Sendo assim, Vargas jogará com a possibilidade de alinhamento a

qualquer um dos lados em conflito até o começo da 2ª Guerra Mundial, fato que para os historiadores será decisivo no posicionamento brasileiro. Nas palavras de Gerson Moura, Getúlio Vargas saberá barganhar com os Estados Unidos seu apoio e alinhamento aos aliados, conseguindo desta maneira tirar proveito e vantagens frente à potência norte-americana. Será através do alinhamento brasileiro à causa pan-americana, ou seja, aos Estados Unidos, que o Brasil arrecadará os recursos financeiros e tecnológicos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, armamentos e treinamento para as Forças Armadas brasileiras, além de vários acordos comerciais para o escoamento de produtos brasileiros para mercados norte-americanos, compensando assim a impossibilidade desses produtos adentrarem no continente europeu devido à guerra e contratos de venda exclusiva de matérias-primas brasileiras para o esforço de guerra dos norte-americanos e dos aliados. Mais tarde, frente a forte pressão popular brasileira, exigindo a entrada efetiva do Brasil na guerra, Vargas conseguirá enviar tropas brasileiras para o cenário das batalhas européias. O envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália em 1944, será mais uma vitória política de Vargas, pois pressionado pela opinião pública sedenta por reação aos países do Eixo, devido ao afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães e italianos no oceano atlântico, consegue mais uma vez barganhar junto aos Estados Unidos recursos e armamentos para o treinamento e envio da FEB ao teatro de operações de guerra.

Encontramos aí o maior paradoxo do Estado Novo, pois como um regime corporativista e autoritário pode alinhar-se a um país democrático e liberal como os Estados Unidos? Bem, para os historiadores do período, Vargas não via nenhum contraste entre esta aliança, argumentando e explicando aos Estados Unidos que o autoritarismo de seu regime era a única maneira de barrar a intenção tanto comunista como integralista de tomada do poder, sendo a maior prova de não adesão do Estado Novo ao Eixo o já citado esfacelamento das atividades do partido nazista no sul do país e o desmonte da AIB, sendo vários membros desta presos e outros exilados. Portanto, Getúlio Vargas justifica o estabelecimento do Estado Novo aos norte-americanos, contando com o grande auxílio de Oswaldo Aranha, ao momento de conturbação vivido internamente pelo Brasil.

Vargas demonstra com suas atitudes e suas posições o caráter ideológico que o nacionalismo tem no Estado Novo. As colônias estrangeiras são obrigadas a assimilarem-se à realidade brasileira, aprendendo a língua portuguesa, mesmo em

suas escolas, e os descendentes dos colonos nascidos em território brasileiro convocados a prestarem serviço militar no Exército nacional. A educação passa a ser regida e ditada pelo poder central, cuidando para que em todos os estados e regiões anteriormente isoladas do sudeste-sul do país, a escola promova a unificação de tais comunidades locais com o resto do país. Aparece também o nacionalismo econômico, sendo difundido por todos os cantos do território nacional a importância do trabalho e a busca constante da independência financeira para a elevação da nação ao nível de uma grande potência. Em sua obsessão de tornar realidade seu projeto, Vargas não hesitará em negociar com o III Reich e com os Estados Unidos, usando tanto a diplomacia oficial como vias intermediárias de diálogo e contato com ambas as partes.

Em suma, a busca de recursos para a implementação da siderurgia no Brasil, o reequipamento das Forças Armadas, a ampliação de mercados para a exportação de produtos brasileiros e ao mesmo tempo de importação de maquinaria e bens de capital para a indústria nacional recente, foram as grandes preocupações do governo Vargas tratando-se de política externa durante o Estado Novo, pautando todas suas atitudes na direção do alinhamento a uma grande potência. A análise do nacionalismo econômico no Estado Novo e a subordinação do projeto nacional de Getúlio Vargas à política externa, contando com o papel desempenhado pelas elites na elaboração e apoio deste projeto, será realizada com maior ênfase no capítulo posterior.

CAPÍTULO II

O NACIONALISMO ECONÔMICO E O PAPEL DAS ELITES NO PROJETO NACIONAL

Existe na historiografia brasileira controvérsias sobre o papel da burguesia industrial no projeto nacional formulado por Vargas no Estado Novo. Alguns historiadores salientam que o principal impulso industrializante no Brasil foi formulado por grupos técnicos ligados à burocracia estatal do Estado Novo, enquanto uma outra parcela, não menos importante, de historiadores e estudiosos do período estadonovista, compartilham da idéia de uma participação efetiva da burguesia industrial no projeto nacional de Vargas, privilegiando e defendendo, esta categoria, a intervenção estatal na economia e a industrialização do país, protegendo a indústria nacional e formando assim um forte mercado interno, retirando o Brasil da posição de país agroexportador para uma nação fortemente industrializada, ou seja, uma grande potência.

Realmente, analisando os estudos e posições de estudiosos do período, encontramos evidências de que a burguesia industrial, juntamente com parte da burocracia estatal civil e militar, passa a ter voz ativa nas posições tomadas no âmbito do governo de Getúlio Vargas. Pois, como argumenta Francisco Luiz Corsi,

As transformações em curso na sociedade brasileira também induziam à tomada de consciência sobre a importância do fomento à indústria. A sociedade que emergiu da crise de 1929 e da Revolução de 1930 era bem diferente da do período anterior. O Brasil começava a deixar de ser uma sociedade fundamentalmente agrária para se tornar uma sociedade urbano-industrial. A indústria passa a ser o setor dinâmico de acumulação de capital, e as classes ganharam maior complexidade, com o crescimento acelerado do proletariado e de outros setores urbanos. A burguesia industrial ganhou maior peso econômico e político. Além disso, o clima da época era marcadamente nacionalista.

Este clima “marcadamente nacionalista” que o autor cita, e como já discutimos no capítulo anterior, será fundamental para a formulação e construção do projeto nacional brasileiro na época, calcado este na industrialização do país, principalmente a indústria de base, e na formação de um mercado interno tenaz.

A burguesia industrial brasileira, que na Revolução de 1930, foi contra a Aliança Liberal de Vargas, apoiando o candidato do governo Júlio Prestes, e mais tarde financiando a Revolta Constitucionalista em São Paulo (1932), passa, por volta de 1934, a aproximar-se do núcleo governamental e do próprio presidente Vargas, aproveitando-se dos constantes atritos entre as burguesias agroexportadoras (principalmente a burguesia cafeeira paulista) e o governo. O próprio presidente Vargas, que tinha uma posição cética quanto a um projeto industrializante para o país antes de tomar o poder, enxerga posteriormente na industrialização a chance de manter-se no poder e de conquistar a “independência financeira” (nas palavras do próprio Vargas) do país.

Com o golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, e com a pregação do nacionalismo econômico por Vargas e pela burocracia estatal civil e militar que o apoiaram na deflagração do golpe, a proposta de industrialização definida pela elite industrial apresentaria pontos de convergência bastante nítidos com certas formulações do pensamento autoritário. As duas correntes, ou seja, a burocracia estatal, juntamente com a burguesia industrial, se reforçariam mutuamente em termos de uma visão consensual sobre a necessidade de interferência estatal na economia, pois a continuidade do liberalismo econômico beneficiaria a ordem tradicional, em suma, a burguesia agroexportadora tradicional.

Assim, a atuação da burguesia industrial na conquista de um espaço político frente ao governo do Estado Novo, teria um maior significado e relevância do que é sugerido pela maioria das análises. Apesar disso, é preciso salientar que apesar de uma maior participação da burguesia industrial no processo decisório político e econômico do país, esta mesma classe foi incapaz de assumir a hegemonia do poder no Estado Novo, mas é verdadeiro que neste momento a elite burguesa industrial desenvolveu uma atuação intensa no sentido de conquistar espaço e participação nas decisões estatais, tornando-se força participativa no jogo de interesses políticos e econômicos.

De uma maneira geral, os militares (principalmente), defendendo o desenvolvimento da indústria de base como meio de garantia da segurança nacional e

como independência econômica, a burguesia industrial, incorporando o protecionismo aduaneiro, a interferência estatal na economia, o fortalecimento da indústria nacional, a formação do mercado interno e a conseqüente substituição das importações de bens de consumo, juntamente com parcelas das elites burguesas agroexportadoras não ligadas ao setor cafeeiro, encampando a idéia de uma diversificação na produção agrícola, acabando com a monocultura do café, foram os grupos que passaram a reger e a sustentar o Estado Novo, apoiando tanto o autoritarismo interno, as medidas econômicas e a política externa de Getúlio Vargas.

Aliado a este apoio, Vargas vai contar com a conjuntura internacional favorável na realização de seu projeto. Sendo um período de muita conturbação, a década de 30 do século XX assistirá a uma extrema defesa de mercados, a um nacionalismo exacerbado em todos os aspectos e a rivalidades entre as grandes potências mundiais. Isto será de grande valia para Getúlio Vargas, pois ele sabia que mesmo contando com o apoio de camadas importantes da elite nacional, o Brasil não dispunha de capital e tão pouco de tecnologia e equipamentos para realizar a industrialização do país, inserindo aí o grande sonho dos militares em modernizar e reequipar as Forças Armadas do país.

Será neste contexto internacional que Vargas delimitará seus objetivos e saberá astutamente jogar com as duas grandes forças econômicas e tecnológicas da época: os Estados Unidos e sua tradicional política liberal-democrata, e a ressurgida e reluzente Alemanha, sobre o comando do autoritário e belicista governo nazista. No meio do jogo de interesses norte-americanos e alemães, Vargas vai procurar tirar vantagens de ambos os lados sem se comprometer com um maior alinhamento a uma ou outra nação até o começo da 2ª Guerra Mundial.

Os objetivos de Vargas no exterior, que estão definidos desde o início do Estado Novo, sendo esses a obtenção de capital e tecnologia estrangeira para a construção e desenvolvimento de uma indústria siderúrgica, a modernização e reequipamento das Forças Armadas e a expansão dos mercados para o escoamento de produtos brasileiros, compreenderá basicamente toda a pauta da política externa brasileira no período, e serão determinantes na “política de barganhas” de Vargas frente às grandes potências.

Mesmo com alguns historiadores e economistas questionando se o projeto de Getúlio Vargas foi mesmo um projeto nacional, devido ao alinhamento ao capital norte-americano, fontes bibliográficas de grande consistência asseguram que o projeto

getuliano pode ser considerado um projeto nacional, pois este era baseado na direção de um desenvolvimento do mercado interno e da indústria, expressando assim uma estratégia política no norteamento de um projeto nacional para o país. Evidências concretas de que o projeto de Vargas era mesmo nacional, encontram-se nas medidas tomadas pelo governo brasileiro logo após o golpe de 1937, como a decretação da moratória da dívida externa do país e a reintrodução, logo em seguida, do monopólio do câmbio. O nacionalismo econômico é aí identificado. Segundo Corsi,

Por causa do declínio acentuado das reservas, dos saldos negativos da balança comercial e das elevadas obrigações externas, em um contexto de baixos fluxos de capital estrangeiro, configurou-se uma grave crise cambial no 2º semestre de 1937. A crise foi desencadeada, tudo indica, pelo crescimento acelerado das importações, relacionado em grande medida, ao bom desempenho da economia, que então vivia um intenso processo de desenvolvimento. Os dados sobre a composição das importações assinalam a importância das compras de máquinas, equipamentos e matérias-primas.

Encontra-se com a decretação da moratória brasileira, uma mudança de atitude do governo brasileiro em relação ao capital estrangeiro. No período anterior a Vargas, principalmente durante a República Velha, em situações similares, o governo brasileiro optou por priorizar os compromissos externos, o que vinha de acordo com os interesses da burguesia agroexportadora cafeeira, principalmente paulista. Da mesma forma, o retorno ao regime de monopólio de câmbio teve o intuito de controlar de maneira mais rígida as importações e as remessas ao exterior, alcançando assim o equilíbrio na balança de pagamentos. Como transparece Corsi, “o monopólio cambial e a moratória da dívida externa eram medidas complementares, pois visavam a uma drástica redução do fluxo de capitais para o exterior”.

O nacionalismo, não só na forma ideológica, mas também na forma econômica, é uma marca do Estado Novo. Além da decretação da moratória e o retorno ao controle do câmbio pelo governo, na mesma época intensifica-se a adoção de medidas visando a incrementação do desenvolvimento industrial e o intervencionismo estatal neste processo. Isto é claramente evidenciado com a criação de diversos organismos burocráticos e estatais para estimular e regulamentar setores específicos da economia. Órgãos como o Conselho Nacional do Petróleo (1938); Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939); o tão importante Conselho Federal do Comércio Exterior (remodelado em 1939); Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937); Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil; são provas concretas da importância que o Estado Novo dava ao desenvolvimento

industrial do país.

Vargas traçaria as linhas gerais do programa econômico do Estado Novo no documento que mais tarde ficaria conhecido como a Carta de São Lourenço, onde estabelecia os pontos básicos da política econômica do regime instaurado, onde a criação da indústria de base, em particular da grande siderurgia; a nacionalização das jazidas minerais, quedas d'água e outras fontes de energia; nacionalização de bancos estrangeiros; elaboração de um plano geral e único, conjugando as redes ferroviárias, de navegação, as rodovias e linhas aéreas, tendo em vista uma expansão dos transportes; implantação do salário mínimo, visando a complementação do mercado interno; elaboração de políticas com o objetivo de diversificar as exportações e a elaboração de um plano de desenvolvimento do vale do rio São Francisco seriam as prioridades do governo.

Getúlio Vargas anuncia este programa objetivando garantir a “unidade nacional” e acabar com a dicotomia entre “os dois brasis, um político e outro econômico, que não coincidem”. Juntam-se assim, o nacionalismo ideológico e o nacionalismo econômico, justificando Vargas desta forma, suas medidas econômicas para a criação de um mercado interno mais integrado, na tentativa de agrupar todas as regiões do país como um todo.

Mesmo com todas estas posições nacionalistas, o presidente Vargas e seus aliados sabem que o desenvolvimento brasileiro depende de um alinhamento do país com uma potência mundial, pois como já foi salientado, tanto o governo como as elites nacionais não dispunham de reservas para financiar o desenvolvimento industrial. Será com a deflagração da 2ª Guerra Mundial, e a importância que o Brasil representará para os Estados Unidos, que Vargas condicionará o alinhamento brasileiro aos norte-americanos à realização de uma série de exigências brasileiras em assuntos econômicos, tecnológicos e militares.

A análise histórica e historiográfica da política externa brasileira no Estado Novo, às vésperas da 2ª Guerra Mundial, será destacada detalhadamente no capítulo posterior

CAPÍTULO III

A POLÍTICA EXTERNA DO ESTADO NOVO NO CONTEXTO DA 2ª GUERRA MUNDIAL

A política externa brasileira, durante o Estado Novo será pautada, como já foi citado anteriormente, sistematicamente no intuito de atrair capitais e tecnologia para o fomento do desenvolvimento industrial, abrir novos mercados para as exportações brasileiras e modernizar as Forças Armadas.

Existe na historiografia, concordância no fato de que a busca constante de capitais, tecnologia e mercados indicou a intenção do governo brasileiro de realizar um projeto nacional de desenvolvimento centrado na industrialização, sendo este projeto condicionado à política externa.

O projeto desenvolvimentista do Estado Novo, baseado na construção de uma indústria siderúrgica nacional, sem condições de ser concretizado e realizado pelo capital interno, devido à falta de recursos disponíveis, se tornará palpável, em

parte, pela conjuntura internacional da década de 1930, marcada pelos choques e rivalidades imperialistas e pela desarticulação econômica mundial, ainda decorrente da Grande Depressão de 1929.

O aumento das hostilidades entre os países e a inevitabilidade de uma guerra, com a conseqüente importância que o território brasileiro despertará de ambos os lados em disputa, será utilizado por Getúlio Vargas na obtenção de vantagens econômicas, militares e tecnológicas para o Brasil. Através do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos, delimitado e esquematizado desde meados de 1938, com a nomeação de Oswaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores, Vargas barganhará seu apoio ao esforço de guerra norte-americano e alcançará seus principais objetivos: a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, a ampliação do mercado norte-americano aos produtos brasileiros e o envio de tropas militares brasileiras ao teatro de operações de guerra na Europa, realizando assim o desejo de militares nacionais de modernização e reequipação das Forças Armadas.

Este capítulo tratará da análise histórica e historiográfica das relações internacionais brasileiras às vésperas e durante a 2ª Guerra Mundial com os principais países interessados no apoio brasileiro: Estados Unidos da América e o III Reich alemão.

3.1 AS RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA

A política externa estabelecida pela Alemanha desde 1933 com a ascensão do partido nazista ao poder, trouxe o comércio compensado com marca identitária do III Reich em suas relações com os países latino-americanos. Prática comercial em que a principal característica é a troca de produtos por outros produtos, o comércio compensado será utilizado com grande sucesso pelos alemães na América Latina e em particular no Brasil.

O Brasil sendo possuidor de grandes riquezas naturais e de matérias-primas consideradas essenciais no projeto militar e expansionista de Hitler, além do grande número de alemães vivendo em território brasileiro, despertarão no governo do III Reich atenção especial nas relações comerciais e diplomáticas para com o Brasil.

Segundo Ricardo Seitenfus, os objetivos de Berlim no Brasil são bastante claros: aumento das relações comerciais entre os dois países, a defesa de seus

nacionais que habitam o território brasileiro e a expansão da ideologia nazista no Brasil através da atuação do NSDAP (partido nazista).

O golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 desperta no governo germânico o otimismo e as melhores expectativas possíveis a respeito das relações entre os dois países. Mas, o decreto de Vargas extinguindo todos os partidos políticos no Brasil, acabando assim com a atuação do partido nazista, e a campanha nacionalista empreendida pelo Estado Novo nas colônias estrangeiras, principalmente a colônia alemã, provocará estremecimentos e divergências entre os dois governos.

O embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, vendo os principais interesses de seu país afetados por medidas adotadas pelo governo brasileiro, reagirá de forma cada vez menos amistosa para com o Itamaraty, provocando conflitos com o titular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, o que resultará em uma crise diplomática entre as duas nações e desencadeará um temporário esfriamento nas relações diplomáticas entre ambos.

Para Seitenfus, a falta de tato e a intransigência da diplomacia alemã frente às atitudes firmes do governo brasileiro sobre questões importantes, como a nacionalização das colônias estrangeiras e o fechamento da seção brasileira do NSDAP (partido nazista), afasta a possibilidade de um maior estreitamento e alinhamento entre o Brasil e o III Reich. Cita Seitenfus:

A política alemã é decidida em Berlim e não se preocupa de modo algum com as particularidades brasileiras. Essa impossibilidade da diplomacia alemã de compreender os desejos, sobretudo de apreender as susceptibilidades brasileiras a fim de poder melhor atingir seus objetivos, é uma constante da diplomacia do III Reich. Sem nenhuma psicologia, com uma extrema rigidez de princípios e rudeza de contatos, a diplomacia alemã hipoteca por inteiro sua ação. Seus erros de avaliação confirmam, muito cedo, o fracasso diplomático de Berlim.

A crise germano-brasileira chega ao momento de maior intensidade a partir de outubro de 1938 e não mais voltarão ao estágio anterior de amigabilidade. As crescentes relações de intercâmbio militar e anti-comunista entre Berlim e o Rio de Janeiro, que antes eram feitas às claras e com um grande entusiasmo brasileiro, tornar-se-ão tácitos e passam a ocorrer apenas no âmbito militar entre oficiais brasileiros admiradores da doutrina autoritária nazista e da máquina bélica do III Reich.

Os atritos entre Ritter e Aranha são tão fortes que o chanceler brasileiro

pede ao embaixador brasileiro em Berlim, Moniz de Aragão, que comunique ao governo alemão o pedido brasileiro de substituição de Ritter. Este pedido desagradou os alemães, que rebatem com o mesmo pedido de substituição do representante brasileiro em Berlim. Com isso, a partir de outubro de 1938, as respectivas embaixadas são decapitadas, tornando impossível qualquer tentativa de apaziguamento. Apesar de não serem interrompidas as relações diplomáticas e comerciais entre os países, não se esboça nenhuma solução para o conflito até junho de 1939, quando os dois países voltam a designar novos embaixadores.

Com a retomada das relações normais entre o Brasil e o III Reich, o novo embaixador alemão no Brasil, Curt Prufer, adotará uma postura mais maleável e flexível para com o Brasil, mas, neste momento, a posição dos Estados Unidos já está consolidada no governo brasileiro, passando desta forma o III Reich a uma condição bem inferior de importância para o Brasil.

3.2 AS RELAÇÕES BRASIL-EUA

A efetivação de Oswaldo Aranha no Ministério das Relações Exteriores em 1938, a eliminação da Ação Integralista Brasileira (AIB) da vida política brasileira, a recusa brasileira ao convite italiano de integrar o pacto Anti-Komintern, a crise das relações entre Brasil e Alemanha, devido ao programa de nacionalização das colônias estrangeiras estabelecidas em território brasileiro e o proibimento de atuação de partidos políticos no Brasil, prejudicando as atividades do partido nazista no país, acabam com as desconfianças norte-americanas em relação ao recém implantado Estado Novo.

Os receios norte-americanos ao Estado Novo justificam-se não só pelo golpe de inspiração autoritária empreendido por Vargas em novembro de 1937, mas também pela decretação da moratória da dívida externa brasileira, prejudicando principalmente investidores norte-americanos, e pelo estabelecimento de uma política cambial restritiva, aprofundando assim a legislação nacionalista e controlando as importações. Mas, apesar de todos esses fatos, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos caminham em direção a um aumento considerado entre as duas nações após o mês de maio de 1938.

O aumento da influência alemã por toda a América Latina desde a ascensão do partido nazista causa preocupação na cúpula do governo Roosevelt, que

procura cercear as ações alemãs por todo o continente americano passando a utilizar a partir deste momento a política de Boa Vizinhança nas relações com seus vizinhos latinos.

No caso brasileiro, as relações comerciais e econômicas passam a ser tratadas com especial importância pelos norte-americanos, visando diminuir o avanço comercial germano-brasileiro, que neste momento representa o segundo maior parceiro comercial do Brasil. E, o esfriamento do relacionamento Brasil-Alemanha, devido à campanha nacionalista desenvolvida por Vargas nas colônias estrangeiras, não passa despercebido pelo Departamento de Estado Norte-Americano que enxerga neste momento a oportunidade de barrar o avanço alemão sobre o Brasil, recolocando o governo brasileiro de uma vez por todas sobre sua égide e em seu campo de influência. A grande preocupação norte-americana com o Brasil é determinada, além do lado ideológico e financeiro, pela importância estratégica do território nordestino brasileiro, que pela sua proximidade com o norte da África despertava a cobiça do alto comando militar alemão, vendo neste território o principal ponto de desembarque de tropas em caso de invasão do continente americano e de espionagem e vigilância do oceano atlântico, já que empresas aéreas alemãs (CONDOR) e italianas (LATI) eram concessionárias de linhas aéreas ligando o Brasil a vários países europeus e africanos.

A nova postura tomada pelos Estados Unidos na sua política externa começa a ser posta em prática já em dezembro de 1938 na VIII Conferência Pan-Americana, em Lima, no Peru. Realizada com o incentivo dos Estados Unidos, a Conferência tem para os norte-americanos o intuito de barrar o avanço do Eixo na América Latina e se consolidar como a principal força imperialista da região. Fica acertado no final dos trabalhos da Conferência as bases para a formação de um sistema de cooperação hemisférica, sendo que o princípio mais importante deste acordo foi a resolução de não intervenção estrangeira em assuntos relacionados aos países do continente americano.

Durante a VIII Conferência Pan-Americana, em conversas entre o ministro brasileiro Oswaldo Aranha e representantes do Departamento de Estado Norte-Americano fica estabelecido um breve convite do presidente Roosevelt ao presidente Vargas para que o Brasil envie representantes de seu governo a Washington a fim de serem tratados assuntos de interesse de ambos os países. O convite norte-americano é efetivado em janeiro de 1939 e Vargas designa o ministro Aranha para as

conversações com os norte-americanos. Assim, é formada a chamada Missão Aranha, chegando esta a Washington em fevereiro do mesmo ano de 1939 e permanecendo em território norte-americano até meados de março.

A pauta desenvolvida pelo governo brasileiro tem como temas centrais de discussões e entendimentos assuntos relacionados a comércio, desenvolvimento siderúrgico do Brasil, políticos e econômicos, além de outros referentes à segurança nacional. Já as prioridades norte-americanas caminhavam em outro sentido. Seus principais pontos de conversações eram referentes à moratória, ao câmbio brasileiro e à criação de um Banco Central no Brasil. Em suma, as preocupações brasileiras eram totalmente divergentes das preocupações norte-americanas.

Sobre a denominada Missão Aranha há um conflito de opiniões na historiografia brasileira. Para Seitenfus a Missão Aranha “ocorre em um clima harmônico e de amizade entre as duas comitivas, e é considerado um empreendimento bem sucedido”. Já na análise de Francisco Luiz Corsi “as negociações entre brasileiros e norte-americanos foram muito atribuladas, com uma imensa pressão de empresários norte-americanos a respeito da moratória brasileira”. Ainda segundo Corsi, tanto o Departamento de Estado, como empresas norte-americanas contactadas pelo governo brasileiro para o desenvolvimento da siderurgia no Brasil, atrelavam suas pautas de negociação à volta do pagamento da dívida externa pelo governo brasileiro além da volta da liberdade cambial.

A euforia que a Missão Aranha desperta em Vargas e na cúpula do Estado Novo em um primeiro momento, logo será desfeita com o desenrolar das difíceis negociações, encontrando Aranha vários obstáculos frente aos representantes norte-americanos. O ditador brasileiro vai deparar-se com a difícil realidade de negociar com um país muito mais poderoso que o seu e de muito mais representatividade internacional. A ilusão brasileira de que um país como os Estados Unidos tivesse o interesse de incentivar e fomentar o desenvolvimento de um país periférico como o Brasil, será rapidamente posta em cheque.

Corsi salienta que:

Dentro do próprio governo Roosevelt havia divergências a respeito do fomento ao desenvolvimento brasileiro. O Departamento de Estado norte-americano tinha a opinião que se aproximava da visão de complementaridade tradicional, ou seja: o Brasil produziria produtos primários de exportação e importaria manufaturados. Nesse caso, a ajuda norte-americana visaria ao incremento da produção e exportação desses produtos, à regulamentação dos fluxos de capital e à estabilidade cambial. A outra posição existente

no governo norte-americano, que era defendida pela Secretaria do Tesouro, entendia que a complementaridade entre as duas economias deveria dar-se em um patamar superior. Os Estados Unidos deveriam auxiliar o desenvolvimento de uma indústria complementar, voltado para substituir importações de países não americanos e de preferência sob o controle de brasileiros. Assim, de acordo com essa perspectiva, o importante seria o desenvolvimento da economia brasileira.

Porém, mesmo assim, nenhuma das linhas advogadas pelos norte-americanos previa a instalação da indústria siderúrgica moderna, considerada por Vargas a chave para a independência econômica e o desenvolvimento do país. Observa-se que, apesar da Secretaria do Tesouro norte-americano defender um processo de industrialização para o Brasil, esta industrialização seria de uma forma mais restrita, apenas em um sentido complementar à indústria norte-americana, atrelando ainda mais a economia brasileira à economia norte-americana. Em síntese, o objetivo a ser alcançado pelos Estados Unidos com as negociações em Washington era um só: diminuir a influência alemã no Brasil, usando todo o seu poder de barganha mas sem comprometer sua posição de líder incontestável do continente americano e subordinando ainda mais o Brasil à sua esfera de influência, seja esta econômica, militar ou política.

Ao final das negociações da Missão Aranha em março de 1939 é firmado um acordo entre os representantes diplomáticos do Brasil e dos Estados Unidos, resultando para o Brasil em:

1-Obtenção de um crédito de 19,2 milhões de dólares do Eximbank norte-americano.

2-Obtenção de um crédito de 50 milhões de dólares do Tesouro norte-americano a fim de constituir um fundo de reserva indispensável à criação do Banco Central.

3-Promessa de crédito de 50 milhões de dólares do Eximbank para financiar a implantação de uma siderúrgica no Brasil. Essa promessa deve tornar-se efetiva em curto prazo e será reembolsada em um prazo de 5 a 10 anos, a uma taxa de juros que não ultrapassa 5% ao ano.

4-Promessa do governo norte-americano de facilitar e incentivar a constituição de empresas conjuntas brasileiras-americanas, com capital dos dois países, a fim de desenvolver a produção de matérias-primas, bem como a exploração e a comercialização da indústria extrativa brasileira.

Corsi salienta que este acordo assinado por Oswaldo Aranha será

severamente criticado no Brasil,

Pois apesar dessas obtenções e de promessas vagas, o Brasil comprometeu-se a retomar o pagamento da dívida externa e a liberar o câmbio paulatinamente, causando insatisfação no ministro da Fazenda, Sousa Costa, no auto comando das Forças Armadas, em grande parcela da burguesia industrial e até em alguns setores que apoiavam o ministro Aranha.

Para Moniz Bandeira, a partir deste momento, os Estados Unidos consolidam de uma vez por todas sua posição hegemônica econômica e militarmente frente ao Brasil. Bandeira justifica seu ponto de vista ressaltando a transferência dos débitos externos brasileiros para as mãos de um só credor, os Estados Unidos. Cita Moniz Bandeira:

O Brasil tomou dinheiro americano para pagar a americanos, ingleses e franceses. O Export and Import Bank concedeu-lhe crédito de 19.200.000 dólares, para que retomasse, normalmente, suas operações comerciais, saldando os atrasados. E obrigou-se a financiar as vendas americanas ao Brasil, para o governo ou empresas particulares, até a importância de 50 milhões de dólares, com prazo de cinco a dez anos e juros que não excederiam de 5%. Essas vendas só se realizavam, até então, mediante pagamento à vista. Todas as facilidades, entretanto, tinha um preço, ou seja, a segurança de que o governo do Brasil incentivaria a participação de cidadãos norte-americanos (os trusts e os monopólios) no seu desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o Brasil criaria um Banco Central, manteria o câmbio livre e encorajaria os investimentos americanos. Os Estados Unidos, nas preliminares da 2ª Guerra Mundial, voltaram as atenções para as fontes de matérias-primas que existiam na vizinhança. A cooperação econômica, o envio de capitais e técnicos para ajudar a exploração da borracha, fibras, óleos vegetais, manganês e o próprio minério de ferro, encobria, na verdade, a preparação do plano logístico. E, em consequência dos acordos de Washington, não tardou visitar o Brasil, à frente de uma comitiva de militares, composta pelo Coronel James B. Chaney, Tenente-Coronel Lehman W. Miller, Majores Mathew B. Ridgway e Lowis J. Compton e Capitão Thomas North. O cruzador Nashville, que trouxe a Missão Militar Americana, levou para os Estados Unidos, ao regressar, o General Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, que regressava, recentemente, de sua viagem à Alemanha. Assim, enquanto Cordell Hull vendia armas ao Brasil, os Estados Unidos falavam de paz e neutralidade.

A repercussão negativa da Missão Aranha no Brasil, apesar de causar transtornos políticos ao presidente Vargas será encaminhado e dirigido à concretização do acordo, sugerindo assim que Vargas aprovava a política empreendida pelo seu ministro das Relações Exteriores.

Corsi cita que Vargas em discurso proferido após à chegada de Aranha dos Estados Unidos, “reafirmou seu compromisso com a industrialização, nacionalismo e

neutralidade do Brasil perante os cada vez mais freqüentes conflitos na Europa”, o que Corsi vê como um recado para os militares descontentes e para o governo Roosevelt. A ambigüidade de Vargas, neste momento, frente a sua política externa e interna, tentando agradar a todas as correntes que lhe davam sustentação, ao mesmo tempo que guiava-se cada vez mais para a esfera norte-americana, é explicada pela historiografia brasileira pelo fato de o ditador dar como fato consumado o começo do conflito na Europa, o que reduziria inevitavelmente o comércio compensado com a Alemanha. Isso e o próprio peso econômico e político dos Estados Unidos limitaram a possibilidade de Vargas negar por completo os compromissos assumidos por Oswaldo Aranha.

Mas, nem tudo estava perdido para Vargas. O começo da 2ª Guerra Mundial na Europa e a entrada dos Estados Unidos na batalha, com o ataque japonês à base naval norte-americana de Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, devolverá ao Brasil e a Vargas um maior poder de barganha. A posição brasileira na 2ª Guerra Mundial e o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos serão abordados e analisados no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

A 2ª GUERRA MUNDIAL, O ALINHAMENTO BRASILEIRO AOS EUA E O FIM DO ESTADO NOVO

O início da 2ª Guerra Mundial em 1º de setembro de 1939 será um marco para as relações internacionais brasileiras. O começo do conflito na Europa faz com que o Brasil encontre condições de praticar uma política que aumente seu fraco poder de negociação em questões cruciais para o desenvolvimento do país. A partir deste momento, até a declaração de guerra do Brasil ao Eixo em agosto de 1942, toda a política externa do país se movimentará e se guiará dentro de um quadro definido, cujos principais objetivos são os de dotar o país de um equipamento militar moderno e de um complexo siderúrgico.

Mas, apesar disso a guerra européia criava vários problemas para o governo Vargas, pois no campo econômico o importante intercâmbio comercial com o III Reich cai drasticamente devido ao bloqueio do oceano atlântico imposto pela Inglaterra, e uma possível aliança brasileira com a Alemanha no desenvolvimento da siderurgia no Brasil, via capital e tecnologia alemã, passa a ser improvável. No plano político interno, apesar da neutralidade brasileira os conflitos ideológicos no seio do Estado Novo tornam-se latentes a cada dia, estimulados pelo sucesso avassalador dos exércitos alemães. Ao mesmo tempo, o governo dos Estados Unidos pressiona o governo brasileiro a tomar uma posição favorável aos países aliados e a aderir à estratégia de defesa do continente, o que caberia a Vargas ceder em vários assuntos de natureza política, militar e econômica aos Estados Unidos.

Coerentemente a seu programa de aproximação ao Brasil, o governo Roosevelt usará de todas as suas prerrogativas para enquadrar o Brasil em seus interesses, utilizando os grandes recursos norte-americanos na obtenção do alinhamento brasileiro. Por outro lado, Vargas condicionará o alinhamento brasileiro à realização de suas exigências: desenvolvimento siderúrgico do Brasil, reequipamento das Forças Armadas e a absorção dos produtos brasileiros comercializados com a Alemanha pelo mercado norte-americano.

Neste contexto as negociações entre o governo brasileiro e o Departamento de Estado serão adiantadas e a aproximação dos dois países será irreversível. O Brasil conquistará desta maneira a posição de Aliado Especial dos Estados Unidos no continente americano e com a entrada do país norte-americano na guerra o Brasil tornar-se-á o principal fornecedor de matérias-primas estratégicas para os aliados, participando de uma forma efetiva do esforço de guerra norte-americano.

4.1 AS NEGOCIAÇÕES BRASIL-EUA A RESPEITO DA SIDERURGIA

Definida como prioridade número um do Estado Novo, a construção de uma indústria siderúrgica no Brasil é tratada por Vargas, pela burocracia estatal e pelos militares como o objetivo principal a ser alcançado pelo Brasil. A instalação de uma moderna siderúrgica em solo nacional é considerado o maior passo para se retirar o Brasil do subdesenvolvimento e elevar o país ao nível de uma grande potência, tornando-se auto suficiente e independente financeira e politicamente de outros países.

A burguesia nacional e o próprio Estado brasileiro sem condições financeiras e tecnológicas de realizarem sozinhos a implantação da indústria siderúrgica procuram desde a decretação do Estado Novo desenvolver um projeto siderúrgico mediante parcerias entre o governo brasileiro e empresas estrangeiras.

Getúlio Vargas desde 1938 começa a negociar com a empresa Krupp, grande nome da indústria siderúrgica e bélica da Alemanha, os recursos financeiros e tecnológicos necessários para o fomento e instalação de uma companhia siderúrgica no Brasil. Em fevereiro de 1939 as negociações da Missão Aranha são iniciadas em Washington e contatos entre representantes brasileiros e da empresa U.S.Stell, gigante norte-americana do ramo siderúrgico, são realizados abrindo novas perspectivas de encaminhamento da questão siderúrgica, além da promessa de créditos do Export and Import Bank visando financiar parte do projeto siderúrgico brasileiro. As negociações entre a U.S.Stell e o governo brasileiro parecem rumo a um acordo quando especialistas da empresa norte-americana visitam o Brasil e estudam possibilidades econômicas e estratégicas de ser construída a companhia siderúrgica no Brasil. Mas, posteriormente, a U.S.Stell desiste de investir seu capital no Brasil, justificando sua posição à falta de recursos financeiros para alavancar o projeto e o receio de que Vargas nacionalizasse a indústria depois de pronta.

Encontramos na historiografia brasileira vários autores abordando a repentina desistência da empresa norte-americana em investir na indústria de base no Brasil. Para Francisco Luiz Corsi,

Além da falta de empenho do governo Roosevelt, que via com restrições a construção de uma siderúrgica em um país latino-americano, o grau de controle que a empresa norte-americana exerceria sobre a usina a ser construída no Brasil era uma das principais questões em aberto nas negociações. Embora Vargas tenha, em dezembro de 1939, aprovado um projeto aceitando um grau maior de participação do capital estrangeiro na siderurgia, é bastante provável que persistissem desconfianças quanto a suas reais intenções, o que deve ter contribuído de maneira significativa para a atitude da U.S.Stell. Enfim, a decisão da U.S.Stell em não investir no Brasil deveu-se a um conjunto de fatores que iam desde problemas de ordem financeira até o receio quanto às intenções nacionalizantes do governo Vargas, passando pela questão do controle acionário da empresa.

A reação brasileira à questão foi tenaz. Vargas, por intermédio do embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, deixa claro ao Departamento de Estado Norte-Americano “a posição brasileira de acreditar na política de Boa Vizinhança, mas, caso o capital norte-americano não estivesse interessado em

colaborar, o Brasil, apesar de preferi-lo procuraria outras alternativas”. A ameaça de Vargas funciona. O governo brasileiro realizava paralelamente contatos com outras empresas européias, leia-se a alemã Krupp. A retomada das conversas com a Krupp satisfaz o governo do III Reich, que vê na retomada desses diálogos a possibilidade de ganhar tempo no Brasil. Para Moniz Bandeira, a manobra de Vargas ameaçando o governo Roosevelt com uma possível aliança brasileira à empresa germânica, apesar de ser inviável, devido às circunstâncias da guerra, serve como instrumento de pressão contra os norte-americanos. As prioridades brasileiras parecem começar a serem levadas a sério pelos norte-americanos.

Com esse episódio abriu-se uma nova fase no tratamento da questão siderúrgica, tanto do lado brasileiro como do lado norte-americano. Com a desistência da U.S.Stell em investir na indústria siderúrgica no Brasil apenas com seu capital, fortaleceu no governo brasileiro a concepção segundo a qual o Estado deveria sozinho organizar a moderna siderurgia, contando apenas com ajuda financeira e tecnológica do capital estrangeiro. A partir desses acontecimentos Vargas procurou rapidamente organizar uma empresa nacional de capital misto para levar adiante o projeto.

A posição do Departamento de Estado, que antes não via com bons olhos o fomento de uma indústria de base no Brasil, passa, a partir de março de 1940 a afirmar sua disposição em colaborar com a construção da grande siderúrgica brasileira. O governo Roosevelt sugere como forma de encaminhar a questão procurar interessar outras empresas norte-americanas no empreendimento. Pode-se concluir, com isso, que Vargas não fechou a porta para a colaboração com empresas estrangeiras, mesmo depois de ter tomado a decisão de criar uma empresa controlada por capitais nacionais, aparentando continuar a jogar nas duas frentes. Em fins de maio de 1940, a posição norte-americana parece dar sinais de tomar uma decisão favorável ao Brasil, com a concordância da Administração do Crédito Federal norte-americano em “ emprestar os fundos necessários à compra, nos Estados Unidos, de equipamento para instalação e operação de uma usina siderúrgica no Brasil”. Mas, o valor do empréstimo e a insistência do Departamento de Estado na participação de uma corporação norte-americana no projeto não agrada Vargas. O valor do empréstimo fixado em 10 milhões de dólares era considerado baixo pelo ditador brasileiro.

No entanto Vargas possui um trunfo a seu favor. A situação da guerra na Europa, nesse ínterim, deteriorou-se rapidamente. A guerra assume suas verdadeiras

dimensões e o avanço alemão é imbatível. Esse contexto europeu torna-se favorável a Vargas, que em 11 de junho de 1940, a bordo do encouraçado Minas Gerais, em comemoração ao dia da Marinha de Guerra, discursa com uma linguagem que lembrava os discursos dos líderes fascistas, tecendo elogios à nova ordem que parecia emergir da derrota das forças francesas.

A repercussão nacional e internacional das palavras de Vargas foram intensas. O discurso do presidente brasileiro causa satisfação e alegria em Mussolini e em Hitler. Por outro lado tinha péssima repercussão nos Estados Unidos. Desde a imprensa até o alto escalão do governo Roosevelt as palavras do presidente brasileiro sofreram críticas. Os norte-americanos viam no pronunciamento de Vargas uma nítida manifestação de apoio às ditaduras nazi-fascistas.

Por outro lado, Vargas tenta minimizar suas palavras. O presidente brasileiro envia um esclarecimento ao Departamento de Estado Norte-Americano argumentando que seu discurso “não era contraditório com a posição de Roosevelt e que suas palavras tinham por objetivo, tão somente a vida interna do país”.

Na opinião de Moniz Bandeira, “o discurso de Vargas alarmou os círculos de Washington”. Para Francisco Luiz Corsi,

Apesar de Vargas procurar minimizar a repercussão de seu discurso, ele tinha o objetivo de pressionar os Estados Unidos a tomarem uma decisão definitiva em relação à questão siderúrgica: ou os Estados Unidos passavam a colaborar decisivamente com o desenvolvimento econômico brasileiro ou o Brasil manteria uma estreita neutralidade diante do conflito europeu e recusaria uma colaboração mais íntima com os norte-americanos. Esse era o preço da colaboração internacional.

Vargas compreendendo corretamente a evolução dos acontecimentos da guerra agiu no momento certo, mesmo consciente de que seria difícil para o Brasil manter-se alheio à política norte-americana e muito mais apoiar o Eixo caso os Estados Unidos entrassem no conflito. O presidente brasileiro avaliava de forma eficaz a importância crescente do Brasil para os Estados Unidos, conhecendo a despreparação das forças norte-americanas no pacífico e os estragos provocados pela Blitzkrieg alemã nos exércitos aliados, tornando necessário aos Estados Unidos consolidar sua posição no continente americano. Roosevelt, por sua vez, tinha claro que a não satisfação das reivindicações brasileiras poderia significar o afastamento do Brasil de sua esfera de influência. Isso era muito importante para Roosevelt, pois a Argentina não demonstrava estar disposta a uma firme aliança com os Estados Unidos, o que tornaria o plano norte-americano de “solidariedade continental”, sem o

apoio dos dois maiores países da América do Sul, enfraquecido.

No mesmo sentido do discurso do dia 11 de junho, Vargas irá proferir um novo pronunciamento no dia 29 do mesmo mês, desta vez o local é a Confederação dos Marítimos, reforçando de certa maneira o conteúdo de seu pronunciamento anterior. A opinião de Corsi sobre o novo discurso do ditador brasileiro é a seguinte:

O novo discurso de Vargas reforça também uma possibilidade aberta à Alemanha, pois, nessa mesma época, Vargas discutia com o embaixador alemão no Brasil a retomada do comércio entre os dois países, interrompidos pela guerra. Em conversa reservada, realizada no dia 20 de junho, o embaixador teria se comprometido a comprar grandes quantidades de café e algodão assim que terminasse a guerra, o que esperava acontecer em breve.

Ricardo Seitenfus partindo dos mesmos princípios de Corsi salienta duas explicações para o novo discurso do ditador brasileiro, destacando as vitórias alemãs no campo de batalha e as dificuldades das negociações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Uma das explicações aos discursos vincula-se ao grande impacto das vitórias alemãs. O que Vargas sentia de maneira fugaz em novembro de 1937, ou seja, o declínio da democracia e o surgimento dos povos fortes, é confirmado pela vitória alemã de junho de 1940. Nessas condições, como o ditador brasileiro pode calar-se, se o que previu acabou ocorrendo de maneira espetacular? Em fins de junho de 1940, a guerra parece perdida para os franco-britânicos. Naturalmente, com oportunismo, Getúlio tenta aliar-se aos vencedores, tal como fez Mussolini. Outra razão importante prende-se às dificuldades das negociações brasileiro-americanas, com vista ao estabelecimento de um programa de cooperação econômica e de fornecimento de equipamento militar ao Brasil. Ao percorrermos os meios de pressão colocados à disposição do Brasil para vencer as reticências norte-americanas, constatamos seus claros limites. Portanto, Getúlio Vargas aproveita a oportunidade que lhe oferece o conflito mundial para aumentar o poder de negociação do país.

Logo em seguida aos discursos de Vargas foram retomadas as negociações acerca da siderurgia, porém, agora, com base na proposta brasileira. A partir do segundo semestre de 1940 e ao longo do ano de 1941 os Estados Unidos e o Brasil fortalecem seus vínculos como jamais visto antes. Apesar das resistências criadas por Jesse Jones, diretor da Reconstruction Finance Corporation, que resistia à idéia de uma empresa brasileira sozinha, sem associar-se a empresas norte-americanas, implementar e administrar uma empresa siderúrgica de grande porte, logo o governo brasileiro entrará em acordo com os Estados Unidos. A questão siderúrgica parece estar tomando um despacho.

Para superar as dificuldades impostas pelo governo norte-americano a solução encontrada, segundo Corsi, é o acordo entre brasileiros e norte-americanos versando que “a construção da usina ficaria a cargo de uma empresa de engenharia norte-americana, empregaria cerca de 85 técnicos e seria organizado um escritório executivo sob o controle dos Estados Unidos com o fito de coordenar os trabalhos”. Desta maneira, em 25 de setembro de 1941 o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos foi firmado.

O acordo prevê um investimento inicial de 45 milhões de dólares, dos quais 20 milhões seriam financiados pelos Estados Unidos e garantidos pelo Banco do Brasil, ao passo que os 25 milhões de dólares restantes são de responsabilidade do Tesouro Brasileiro. O acordo prevê a abertura de um escritório de estudos para a elaboração do projeto em Pittsburgh ou em um outro centro importante dos Estados Unidos, no qual engenheiros brasileiros e norte-americanos formariam uma equipe constituindo assim o núcleo central do ambicioso projeto.

Pode-se concluir que o acordo dos Estados Unidos com o Brasil para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi concretizado, fundamentalmente, por questões de ordem política, mais exatamente para contribuir na consolidação da proeminência dos Estados Unidos sobre a América Latina.

A propaganda oficial do Estado Novo, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), procurou transformar a usina de Volta Redonda em um marco do regime, um símbolo de uma nova era para o Brasil. Para Vargas, como também para os militares e para a burocracia estatal, a Companhia Siderúrgica Nacional representava a definitiva e sonhada emancipação econômica do país.

Assim, o principal objetivo do projeto de Getúlio Vargas estava garantido, porém ainda faltava realizar o desejo expresso dos militares brasileiros: reequipar e modernizar as Forças Armadas.

4.2 A APROXIMAÇÃO MILITAR E O ALINHAMENTO BRASILEIRO AOS EUA

A entrada efetiva dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial será determinante para o alinhamento político e militar do Brasil ao país norte-americano. Com a entrada norte-americana no conflito após o ataque japonês à sua base naval de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, o presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt resolve de uma vez por todas alinhar todos os países americanos ao esforço

de guerra dos Estados Unidos e à segurança do continente frente ao Eixo. Desta forma, as negociações entre o Brasil e os Estados Unidos sobre uma maior aproximação militar entre ambos será desemperrada logo nos primeiros meses do ano de 1942.

Apesar da velada oposição de uma parte das Forças Armadas brasileiras e de parte do governo, que tinham simpatias pelas potências nazi-fascistas, a partir de 1942 vários acordos são firmados entre Brasil e Estados Unidos no que diz respeito a assuntos militares e estratégicos. As antigas preocupações norte-americanas com o nordeste brasileiro e com a importância da Alemanha e Itália nas comunicações aéreas brasileiras voltam a ser lembradas pelo Departamento de Estado.

O controle ítalo-alemão sobre um significativo número de rotas aéreas brasileiras desperta o receio dos norte-americanos, pois o material e pessoal de navegação utilizados são germânicos e italianos, o que de certa maneira beneficia o comando das forças do Eixo na obtenção de informações estratégicas sobre o oceano atlântico. Diante de tal situação o governo brasileiro, determinado pelo Departamento de Estado, se convence da necessidade de encerrar o domínio alemão e italiano sobre as comunicações aéreas do país. Desta forma, o Departamento de Estado entra em contato com as grandes companhias de aviação dos Estados Unidos, em especial a Pan American Airways (PANAM), a fim de que elas aumentem seus investimentos no Brasil. Do mesmo modo o Brasil cassará as concessões aéreas das empresas CONDOR (alemã) e LATI (italiana) e entregará as mesmas à PANAIR do Brasil logo após a entrada dos Estados Unidos na guerra, permitindo também que os norte-americanos utilizassem e construíssem aeroportos em vários pontos das regiões norte-nordeste do Brasil. Estava consolidado o domínio das comunicações aéreas brasileiras pelos norte-americanos.

Já a preocupação norte-americana com o nordeste brasileiro está inserida na estratégia de defesa do continente americano, pois como já foi salientado os Estados Unidos consideravam o saliente nordestino brasileiro o principal ponto de um possível desembarque de tropas do Eixo caso conquistassem a África.

No meio das negociações Brasil-Estados Unidos sobre a siderurgia, veio ao Brasil uma Missão Militar norte-americana em julho de 1940, comandada pelo Tenente-Coronel Lehman W. Miller, com o intuito de estudar maneiras de melhorar a defesa da costa brasileira. Mas, o alto comando das Forças Armadas brasileiras não aceitam as recomendações feitas pelos oficiais norte-americanos, principalmente no

que dizia respeito ao estacionamento de tropas estrangeiras no território brasileiro. Em contrapartida o governo dos Estados Unidos não concorda em ceder armas ao Brasil, temeroso com alguns oficiais brasileiros considerados germanófilos e também com a pouca disposição em armar um país subordinado. Defendiam a idéia de que eles próprios deveriam defender o nordeste brasileiro.

Ao longo do ano de 1941 as conversações entre os dois países progridem, com alguns acordos sendo firmados entre os dois governos, mas as resistências por parte de oficiais brasileiros ao estacionamento de tropas norte-americanas na base de Natal continuam a incomodar o Departamento de Defesa. O Brasil mantém a firme posição de não permitir a presença militar estrangeira em seu território. Essa posição brasileira só será revista durante a Conferência de Embaixadores do Rio de Janeiro em janeiro de 1942, onde de uma vez por todas os empecilhos serão contornados entre os dois países.

Apesar de às vésperas da Conferência nada parecer decidido, o Brasil deixa clara sua posição oficial de apoio e de solidariedade aos Estados Unidos frente ao ataque japonês, o que agrada bastante Roosevelt. A posição brasileira de total solidariedade aos norte-americanos, rompendo inclusive relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo é explicada por Seitenfus pelo oportunismo de Vargas. Em sua opinião a entrada definitiva dos Estados Unidos na guerra modifica radicalmente o equilíbrio de forças, além de impossibilitar qualquer cooperação econômica e militar com Alemanha. De todo modo a posição brasileira agrada Roosevelt, que passa a concordar com as demandas brasileiras relativas a armas. Desta forma, os Estados Unidos compromete-se a fornecer armamentos para o reequipamento das Forças Armadas brasileiras em troca do apoio do Brasil às suas resoluções.

Em 3 de março de 1942 o Brasil assina o acordo de Lend e Lease com os Estados Unidos, ficando estabelecido que o país norte-americano enviaria ao Brasil armas e munições no valor de 200 milhões de dólares. Este acordo é comemorado por Vargas, que vê mais uma prioridade de seu projeto ser concretizada. Suas exigências militares foram atendidas e o fortalecimento das três armas brasileiras alcançado.

Do mesmo modo, Washington vê seu objetivo alcançado. Além de enviar ao Brasil apenas armamentos já ultrapassados, a sucata da 1ª Guerra, o governo brasileiro sanciona rapidamente as exigências norte-americanas de instalações e pessoal militar no nordeste brasileiro. Segundo Moura,

Os militares americanos obtiveram permissão para construir quartéis, barracas e outras acomodações; de voar sem obter a aprovação de praxe para o uso de determinado corredor aéreo; de construir armazéns subterrâneos para alimentos; e de ampliar o campo de pouso de Fernando de Noronha.

A Conferência do Rio de Janeiro resultou ao Brasil o alinhamento incondicional aos Estados Unidos. Além de já ter assegurado os recursos da construção da Companhia Siderúrgica Nacional desde 1940, a Conferência proporciona ao Brasil a realização do antigo sonho dos militares, apesar de falso, de modernização das Forças Armadas brasileiras. Mas, o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos tem de ser analisado à luz do contexto internacional e em especial a partir do posicionamento e dos interesses estratégicos norte-americanos diante do avanço alemão na Europa e japonês no pacífico, seguido de seu envolvimento efetivo no conflito a partir de 1942. Como salienta Gerson Moura,

A aliança Brasil-Estados Unidos não era o resultado natural de elos históricos culturais comuns entre os dois países, nem um exemplo de boa vontade unilateral. Ela resultou de um processo de negociações árduas e contínuas entre os dois países. É claro que sua posição desigual na política internacional dava a cada uma das partes capacidades inteiramente distintas e as levava a fazer exigências também distintas.

Assim, o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo não é motivado por questões ideológicas e sim por questões estratégicas, geográficas e econômicas, sem esquecer do oportunismo e barganha do Brasil, principalmente de Vargas.

Não é a toa que os países do Eixo acreditam até o último momento em um mantimento da neutralidade brasileira, só passando a não contar com isso após o encerramento da Conferência do Rio de Janeiro. A exemplo disso cita Seitenfus a posição de Curt Prufer, embaixador alemão, às vésperas do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o III Reich:

O embaixador alemão se impressiona com a polidez dos brasileiros nesses momentos difíceis e a explica em virtude da ausência de sentimentos negativos em relação à Alemanha, já que o rompimento se deve, segundo Prufer, a cálculos políticos.

O apoio brasileiro era importante tanto para os Estados Unidos como para o Eixo. Mas, a proximidade do Brasil com os Estados Unidos, a incapacidade alemã de compreender as particularidades do Brasil e o vedamento do intercâmbio comercial entre os dois países durante a guerra foram cruciais para o alinhamento brasileiro aos norte-americanos.

Os norte-americanos tinham pavor a uma aliança Brasil e Alemanha e por

isso utilizaram todo seu poderio econômico e militar na conquista do apoio brasileiro. O apoio brasileiro aos Estados Unidos será importante em vários aspectos. A posição geográfica brasileira, a numerosa colônia alemã e italiana no território brasileiro e o grande número de matérias-primas importantes para a indústria bélica existentes no solo e no sub-solo brasileiro tornarão o Brasil peça chave na estratégia e no esforço de guerra dos Estados Unidos. Por isso, o Brasil receberá o título simbólico, porém imponente de “ Aliado Especial dos Estados Unidos no continente americano”.

Além dos acordos militares entre o Brasil e os Estados Unidos e o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Eixo, o período que se segue à Conferência do Rio de Janeiro resultou em uma série de acordos econômicos e de luta contra o Eixo entre o Rio de Janeiro e Washington.

As questões referentes à ação dos serviços secretos do Eixo no Brasil receberam atenção especial dos dois países. A repressão geralmente utilizada por considerações da política interna do país é substituída por uma luta contra os agentes do Eixo, especialmente do partido nazista. A ofensiva da contra-espionagem brasileira chega rapidamente aos seus primeiros resultados, conseguindo em fins de março de 1942 prender trinta agentes de espionagem do Eixo. As informações recolhidas pela polícia brasileira são enviadas ao FBI, o que leva-nos a crer que os órgãos norte-americanos encabeçavam as ações de contra-espionagem no Brasil. No referente a acordos econômicos, Seitenfus cita que:

Destacam-se a concessão de um crédito de 100 milhões de dólares pelo Eximbank, para o desenvolvimento da produção de materiais básicos e estratégicos e outro recursos naturais do Brasil; e a concessão de um crédito de 14 milhões de dólares pelo mesmo banco, a fim de modernizar a ferrovia que liga o porto de Vitória à região de Itabira. Esse acordo prevê a transferência da propriedade da mina, em mãos da Inglaterra, para os Estados Unidos bem como a entrega a esses dois países do total da produção. No âmbito da cooperação com vistas a aumentar a produção de material estratégico, atenção especial é dedicada à borracha da Amazônia, que viria substituir a que anteriormente era fornecida pelos países asiáticos ocupados pelo Japão. Outros acordos são firmados, referentes à venda de produtos estratégicos (ferro, níquel, tungstênio, cobalto), bem como produtos tradicionais da pauta de exportações brasileiras (café, cacau, rícino, serapilheira).

Outro acordo comercial importante firmado entre brasileiros e norte-americanos versou sobre o algodão. O algodão brasileiro, que antes da guerra era vendido à Alemanha e ao Japão, com a guerra sofre o afetamento de seu escoamento. Ao perder o mercado alemão e japonês o produto brasileiro fica sem saída. A solução

encontrada é o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, em que estabelecido a divisão do mercado canadense entre os dois países.

4.3 A DECLARAÇÃO DE GUERRA DO BRASIL AO EIXO

Com a decisão brasileira de romper relações com os países do Eixo e de não conservar sua neutralidade, os nazi-fascistas decidem impor represálias ao Brasil. Além de expulsar embaixadores brasileiros de países ocupados por suas tropas, os alemães obrigam o Brasil a participar efetivamente da guerra. E esta participação será imposta pela Marinha de Guerra do Eixo, que a partir da segunda quinzena de fevereiro passa através de seus submarinos a afundar navios mercantes brasileiros que seguiam principalmente para o atlântico norte. Em agosto do mesmo ano submarinos alemães põem a pique navios de passageiros na costa brasileira, gerando revolta e comoção em todo o Brasil.

A escalada da destruição dos navios mercantes e de passageiros brasileiros exaspera parte do governo brasileiro e da opinião pública. O povo brasileiro, mobilizado por estudantes, participa de passeatas e de atos públicos apoiando a causa dos aliados e pedindo a entrada efetiva do Brasil no conflito. Vargas decreta em 31 de agosto de 1942 o estado de beligerância do Brasil para com o Eixo.

A entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial produz um paradoxo e um incômodo para Vargas. Nas palavras de Ricardo Seitenfus:

A partir da entrada do Brasil na guerra, a situação do governo Vargas, em particular a do presidente-ditador, torna-se desconfortável. Getúlio combate oficialmente contra o Eixo pela liberdade e pela democracia, ao mesmo tempo que mantém o país sob um regime ditatorial, cópia empalidecida das ditaduras européias. Tal paradoxo será fatal para Getúlio Vargas, destituído pelos militares em outubro de 1945.

Moniz Bandeira ressalta que:

A represália dos alemães ao alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, torpedeando os navios mercantes brasileiros, lançou a pá de cal sobre o jogo de Vargas, inclusive na política interna. A indignação aumentou o clamor popular. A agitação crescia em todo o país. A luta pela participação do Brasil na guerra contra o Eixo, na qual efetivamente já se engajava, voltava-se, na verdade, contra as correntes fascistas do próprio governo. A declaração de beligerância em 31 de agosto de 1942, apenas formalizou uma situação de fato, evitando que o regime caminhasse para a derrocada, com a nação em dissidência. E os interesses norte-americanos mais uma vez se beneficiaram. A popularidade dos Estados Unidos cresceu com o sentimento antifascista e facilitou a sua penetração

econômica e militar no Brasil.

4.4 A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB) E O FIM DO ESTADO NOVO

A partir do momento da declaração de guerra ao Eixo, o governo Vargas procurou um novo posicionamento nas suas relações com os Estados Unidos. Procurou colocar-se, nas palavras de Gerson Moura, como um verdadeiro “aliado especial” dos norte-americanos, o que significava que caberia ao Brasil o papel de “potência associada” no pós-guerra e não o de um país subordinado. A nova posição brasileira frente aos Estados Unidos é assim descrita por Moniz Bandeira:

O Brasil não mais se conformava com o papel de simples escudeiro dos Estados Unidos, papel que desempenhou na guerra de 1914-1918. Se a partilha do mundo estava muito além de sua capacidade econômica e militar, nem por isso ele renunciava à pretensão de ordenar o seu próprio subsistema, como agência do imperialismo norte-americano, ao sul do continente. Em outras palavras, queria o posto de aspirante a cavaleiro da finança internacional, a posição de colônia privilegiada, que pagava, com a lealdade, o direito de importar capitais e de armar-se. A partir do momento em que não pode mais disfarçar, sob a capa da neutralidade, a sua colaboração com os Estados Unidos, o governo de Vargas decidiu levar às últimas conseqüências a participação do Brasil no conflito. Não se limitaria a franquear o território nacional às operações militares de forças estrangeiras. Pretendia mandar tropas ao campo de batalha, para armar o exército e fortalecer a posição do país nas conferências de paz.

Mas, é óbvio que os Estados Unidos não pensavam assim. Gerson Moura revela um relato de Jefferson Caffery, embaixador norte-americano no Brasil, revelando a opinião dos governantes norte-americanos sobre a postura do governo brasileiro: “o ministro brasileiro das Relações Exteriores está falando de maneira exagerada e por demais ambiciosa do papel que o Brasil desempenharia na guerra”. É claro que, no seio do governo Vargas, o papel de destaque do Brasil durante e após a guerra era não só possível como inevitável. Setores do governo e das classes dominantes viam naquele contexto novas possibilidades para o Brasil tornar-se a principal força da América do Sul. Na busca por este papel de destaque para o Brasil na América do Sul Vargas julgou que uma maior participação ativa do país na guerra traria vantagens para os interesses brasileiros no pós-guerra. E esta participação ativa passa necessariamente por envio de tropas ao campo de batalha. Desta forma, a partir de 1943, quando Vargas se encontra com Roosevelt na base aérea de Natal, o

presidente do Brasil discute com o norte-americano a possibilidade de serem enviados contingentes brasileiros para a guerra. Devido à falta de recursos financeiros, técnicos e materiais para realizar este projeto, o apoio logístico, material, militar e financeiro depende da boa vontade norte-americana.

Roosevelt consultando seus assessores militares, e os aliados britânicos, é aconselhado a não acolher o pedido brasileiro, pois a participação direta do Brasil no conflito armado não seria decisiva ou necessária, aliás seria apenas um problema a mais, na opinião dos comandantes britânicos. Só que Roosevelt percebia que a insistência brasileira no assunto assumia uma importância cada vez maior para Vargas e para os militares brasileiros. O presidente norte-americano via como inevitável saciar o desejo brasileiro e resolve interferir pessoalmente no assunto.

Desta forma, começa a ser desenhada e modelada a Força Expedicionária Brasileira (FEB). A Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, decorrente do acordo firmado entre os dois países, em maio de 1942, integrada por militares dos dois lados, teve a tarefa de organizar e coordenar a FEB. A mobilização e organização da FEB é assim detalhada por Amado Cervo:

As forças terrestres foram incorporadas ao comando norte-americano. Os seus armamentos e suprimentos, bem como a garantia das linhas de comunicação, foram fornecidos pelos Estados Unidos. Além disso, cederam parte do material para treinamento, receberam oficiais brasileiros para estágio nas suas escolas militares e enviaram oficiais para o Brasil com a finalidade de dar instrução sobre o uso dos novos equipamentos. Houve divergências entre brasileiros e norte-americanos a respeito da composição e do treinamento do corpo expedicionário. Com a participação direta no conflito, o governo brasileiro procurou reequipar o Exército (o material de treinamento ficaria no país), aumentar o efetivo treinado, melhorar a indústria bélica e o sistema de comunicações, a fim de transformar o Brasil em uma “potência fortemente aparelhada para a guerra”, segundo o general Leitão de Carvalho.

Da mesma forma que o Exército, a Marinha de Guerra e a FAB tiveram lucros. A Marinha teve instruções técnicas e foram cedidas unidades navais pelos norte-americanos. A principal tarefa da Marinha foi dar proteção aos navios mercantes nacionais. À Aeronáutica foi fornecida pelos norte-americanos aviões de instrução e foram formados aviadores brasileiros pelas escolas norte-americanas. À FAB coube proteger as rotas marítimas ao longo da costa brasileira. A FAB contribuiu também em operações militares no mediterrâneo, com o grupo de caças “Senta a Pua”, treinado nos Estados Unidos e com uma esquadrilha de observação, a “Olho Nele”, subordinada à FEB. O contingente da FEB totalizou 25.000 homens,

partiu para a Itália em 30 de junho de 1944 e permaneceu em solo italiano até o final do conflito.

Em termos materiais, a participação no conflito deixou saldo positivo ao Brasil. O Exército e a Força Aérea foram modernizados e equipados numa escala superior ao período imediatamente anterior, com quadros de pessoal treinado em centros mais avançados que os nacionais. Afora isso, é preciso considerar o aumento do prestígio internacional do país, figurando ao lado dos vitoriosos e o aumento do componente de orgulho incorporado ao sentimento nacional. É também oportuno observar que pela forma como se deu a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, houve aproximação, resultante da convivência, entre oficiais brasileiros, e oficiais e autoridades norte-americanas, inaugurando assim uma etapa de colaboração que se prolongou para além do período imediatamente posterior ao conflito.

Em síntese, a Força Expedicionária Brasileira foi um projeto político executado com o intuito de fortalecer as Forças Armadas brasileiras, de dar ao país uma posição de grande importância na América do Sul, devidamente apoiado pelos Estados Unidos, e ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, que seria criada após a guerra. Mas havia um obstáculo intransponível para o Brasil no seu caminho, e este era justamente os Estados Unidos.

Como observou na ocasião o embaixador britânico no Brasil, os Estados Unidos não gostariam que “o Brasil se tornasse significativamente poderoso num sentido militar na América Latina, já que isto significava arranjar problemas futuros para si próprios”.

Além da FEB não ter surtido o efeito esperado por Vargas no pós-guerra, a estratégia do ditador brasileiro de apoiar os Estados Unidos incondicionalmente não se mostrou eficaz para mantê-lo no poder após a guerra. A democratização constituiu o centro da crise. Com a aproximação do fim da guerra, a questão da democracia passou a dominar o cenário mundial, com o Brasil vivendo o paradoxo de apoiar os países democráticos externamente e internamente mergulhado em uma ditadura autoritária e repressiva. Nesse contexto, Vargas irá procurar reorganizar suas bases de sustentação, aproximando-se das classes trabalhadoras e tomando medidas que indicavam uma guinada para um nacionalismo mais radical.

Este aprofundamento das posições nacionalistas de Vargas e a explosão da democracia no contexto mundial levaram os Estados Unidos a se afastarem pouco a pouco do Estado Novo. Desta maneira, os Estados Unidos passam a apoiar o fim do Estado Novo e a volta do Brasil à democracia. As contradições internas do Brasil, saturado pela repressão policial, favoreciam as manobras norte-americanas para o fim do Estado Novo.

A lei Malaia, decretada por Vargas em junho de 1945, e que versava sob o controle das remessas de lucros de empresas estrangeiras, despertou ainda mais a fúria de Washington e dos setores oposicionistas brasileiros, principalmente da recém formada União Democrática Nacional (UDN). Vargas está assim cercado de todos os lados. Os grupos que davam sustentação ao Estado Novo agora apoiavam os norte-americanos, inclusive os anteriormente anti-americanos militares brasileiros, que voltam da guerra com ideais democráticos e impressionados com a força do modelo norte-americano.

Ora, sem contar com o apoio de grande parte da burguesia nacional e com o respaldo das Forças Armadas, que fora anteriormente a sua principal força de sustentação, Vargas e o Estado Novo estão com os dias contados. Assim, em 29 de outubro de 1945 tropas do Exército comandadas pelo Ministro da Guerra, Góis Monteiro, ocupam a cidade do Rio de Janeiro e o palácio da Guanabara. Vargas não tinha mais o comando da situação e sem saída renuncia ao cargo. Termina assim o Estado Novo, e tem início a total subordinação brasileira, e de suas elites liberais, ao capital e aos interesses dos Estados Unidos.

CONCLUSÃO

Ao longo de toda esta pesquisa, procuramos abordar a política externa brasileira empreendida durante o Estado Novo e a sua estreita ligação e subordinação

ao projeto de desenvolvimento nacional de Getúlio Vargas. A singularidade do período do Estado Novo, provido pelo fato de que o Brasil não somente se aproxima, em vários planos, do III Reich alemão, país outrora afastado de suas preocupações, como também pela marca do nacionalismo, em todas as formas, também foi preocupação constante no desenrolar da pesquisa.

A campanha nacionalista desenvolvida pela cúpula do Estado Novo, integrando as colônias estrangeiras estabelecidas no país, a nova postura adotada perante o capital estrangeiro, a preocupação com o desenvolvimento industrial, o abrangimento dos poderes do poder executivo frente ao poder legislativo, a desvalorização dos símbolos regionais e a ambição de modernizar as Forças Armadas fazem do período compreendido como Estado Novo um marco na história do Brasil. Filho de sua época, o Estado Novo estabelecido em 1937 viveu os traumas e os paradoxos do momento, sentindo intensamente as pressões externas das grandes forças ideológicas: o nazi-fascismo e a liberal-democracia.

Neste contexto, Getúlio Vargas vai desenvolver junto com sua equipe uma política externa mais independente até o início da 2ª Guerra Mundial, barganhando de ambos os lados em disputa o alinhamento brasileiro. Mas, apesar de uma forte corrente da elite governamental do Brasil preferir e incentivar um alinhamento brasileiro ao III Reich, o presidente Vargas apoiado por seu ministro das Relações Exteriores, um grande admirador dos Estados Unidos, Oswaldo Aranha, vai encaminhar desde cedo os entendimentos para o estreitamento e o apoio brasileiro aos Estados Unidos da América.

Desta forma, pode-se afirmar que três fatores são determinantes para definir a política externa brasileira às vésperas e durante a 2ª Guerra Mundial. O primeiro é a agressividade da diplomacia alemã, que perde em alguns meses tudo o que havia trilhado e conquistado em suas relações com o Brasil. O segundo fator é a atuação de Oswaldo Aranha no Ministério das Relações Exteriores. Aranha será peça fundamental no alinhamento brasileiro aos Estados Unidos, trabalhando desde sua posse no Ministério, em março de 1938, com essa perspectiva. O terceiro fator é o início da guerra na Europa, que acaba assim com as remotas chances de uma maior aproximação brasileira com o III Reich alemão.

De toda maneira, fica claro durante os trabalhos, a falta de autonomia de um país subordinado como o Brasil em suas relações exteriores. Mesmo desenvolvendo uma política externa mais independente o Brasil não encontra meios

de se impor, sendo forçado a compor e a ceder em vários aspectos. Apesar de não ter ocorrido tranqüilamente, o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos é inevitável. Resta a Vargas conseguir tirar o máximo de proveito possível da situação, exigindo compensações financeiras, tecnológicas e militares em troca do apoio brasileiro.

A aliança Brasil-Estados Unidos é uma construção política, costurada pelos dois países por interesses de diferentes gêneros e espécies. Enquanto o Brasil pedia créditos e tecnologia para o fomento de um parque industrial siderúrgico e armamentos para suas Forças Armadas, os Estados Unidos preocupavam-se com a penetração da influência nazista no continente sul-americano e com uma possível invasão do Eixo ao continente americano através do nordeste brasileiro.

Apesar de Vargas ter sido um excelente estrategista sua posição frente ao governo norte-americano vai se desgastando ao final da guerra. As medidas nacionalistas tomadas por ele e a pressão interna pela abertura do regime serão cruciais para sua deposição em outubro de 1945, sendo que o apoio norte-americano à oposição será decisivo no processo.

Por fim, a saída de Vargas do poder significou a subordinação definitiva do Brasil aos Estados Unidos, passando a elite liberal brasileira e o próprio Estado brasileiro a adotar um alinhamento incondicional ao país norte-americano.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, São Paulo, editora SENAC, 2ª edição revista, 1998, 391p.

CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*, São Paulo, editora DIFEL, 2ª edição, 1982, 585p.

CERVO, Amado Luiz & **BUENO**, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil, Brasília, editora UnB, 2ª edição, 2002, 525p.

CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: Política Externa e Projeto Nacional, São Paulo, editora UNESP, 1ª edição, 1999, 304p.

DINIZ, Eli. O Estado Novo; estrutura de poder, relações de classe. In: **FAUSTO**, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964) Tomo III 3º Volume, Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 6ª edição, 1996, 604p.

DUROSELLE, Jean Baptiste. Todo Império Perecerá, Brasília, editora UnB, 2ª edição, 1998, 647p.

FALCÃO, João. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial, Brasília, editora UnB, 1ª edição, 1998, 308p.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: Historiografia e História, São Paulo, editora Companhia das Letras, 16ª edição, 1997, 159p.

MOURA, Gerson. Sucessos e Ilusões: Relações Internacionais do Brasil Durante e Após a Segunda Guerra Mundial, Rio de Janeiro, editora Fundação Getúlio Vargas, 1ª edição, 1991, 115p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo, Ideologia e Poder, Rio de Janeiro, editora ZAHAR, 1ª edição, 1982, 166p.

SEITENFUS, Ricardo. O Brasil Vai À Guerra, São Paulo, editora Manole, 3ª edição, 2003, 365p.

TOTA, Antônio Pedro. O Imperialismo Sedutor: A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra, São Paulo, editora Companhia das Letras, 1ª edição, 2000, 235p.